

Atualização do Orçamento

Jornal de Brasília

é baixada por decreto-lei

Valério Aures

A Presidência da República agiu de forma inédita ontem, ao baixar por decreto-lei ao invés da lei ordinária, a atualização monetária do Orçamento Geral da União e autorizar, à revelia do Congresso Nacional, a abertura de créditos adicionais (suplementares e especiais) no montante de Cz\$ 3,738 trilhões, com base numa correção do orçamento em 82% acima da estimativa anterior, que estimava a uma inflação anual em 120%.

Com a reestimativa, o orçamento que estava calculado em Cz\$ 4,545 trilhões, passa agora para Cz\$ 8,284 trilhões, considerando o excesso de arrecadação projetada no decorrer do exercício, bem como os recursos decorrentes de operações de crédito internas e externas. Segundo o secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, José de Barros Ribas Neto, a maior suplementação (Cz\$ 1,518 trilhão) foi para a rubrica "Outras despesas

correntes e de capital", que acrescenta mais Cz\$ 757,661 bilhões aos "Encargos financeiros da União". "Reserva de Contingência" também ganhou o reforço de Cz\$ 105 bilhões, além dos Cz\$ 191 bilhões anteriormente garantidos.

Por conta de "Outras despesas", os ministérios com maior dotação foram os das Minas e Energia (Cz\$ 120 bilhões) e Comunicações (Cz\$ 56 bilhões). Nada, porém, foi explicado sobre a forma de utilização desses recursos, ou especificados os programas aos quais se destinam. O mesmo acontece em relação às suplementações para "Despesa com pessoal e Encargos Sociais" (Cz\$ 793,348 bilhões), "Amortização e Encargos de Financiamento" (Cz\$ 671,630 bilhões), "Contrapartida de Empréstimos Externos" (Cz\$ 21,743 bilhões).

Nem todos os ministérios, Legislativo e Judiciário são beneficiados nas rubricas

suplementadas. No entanto, o Ministério dos Transportes está em todas elas, com o acréscimo geral de Cz\$ 189,059 bilhões, dos quais Cz\$ 67 bilhões para o Fundo de Marinha Mercante. A Secretaria de Orçamento e Finanças nada quis adiantar sobre o detalhamento de outras aplicações daquele Ministério. Ao ser questionado se parte dos recursos iria para a construção da Ferrovia Norte-Sul, Ribas Neto disse apenas que o Ministério, seja ele qual for, tem direito de fazer remanejamentos internos de ajustamento.

A título de "Créditos Especiais", o Executivo destina verbas adicionais para bolsas de estudo, a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia; seguro desemprego, Ministério do Trabalho; apoio a pesquisa científica e tecnológica, sob coordenação da Seplan; apoio a programas comunitários e outros — todos no valor geral de Cz\$ 166,586 bilhões.